

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Deixa que eu chuto

Se Rodrigo Pacheco não devolver a MP da oneração da folha, os parlamentares vão se organizar para tentar derrubar o texto ainda na comissão especial, de forma a não permitir que vá a plenário.

Santos de casa

Lula não pretende aproveitar a troca no Ministério da Justiça para mexer na Esplanada. Mas os aliados certamente vão tentar sacudir as pastas ocupadas pelo PT. Com a filiação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o partido de Lula passa de 10 para 11 ministérios.

Pesos & medidas

Alguns avaliam que o peso do PT no governo esta desproporcional, muito acima do que seria razoável, em se tratando de uma legenda que precisou de caminhar ao centro e conquistar apoios a fim de vencer a eleição de 2022.



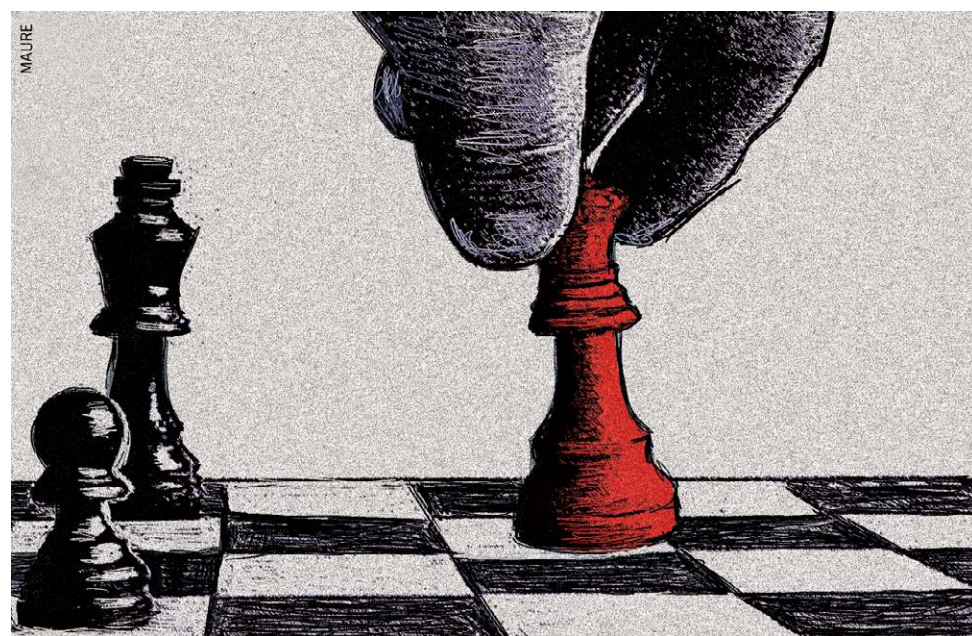
A responsabilidade política do ex-presidente Bolsonaro nos atos de 8 de janeiro é inequívoca. A jurídica está sob investigação"

Do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes à coluna, separando bem as estações da declaração que deu em entrevista à AFP.

A dúvida dos líderes

Ao incluir outros setores na medida provisória que onera a folha de pagamentos, o governo Lula deu aos seus cardeais no Parlamento uma boa justificativa para evitar a devolução da proposta. Porém, não garantiu que a MP será analisada. O "fatiamento" está em estudo para devolver somente a parte do texto aprovado pelo Congresso no ano passado. É que a MP mexeu também com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado na época da pandemia para, via incentivos fiscais, ajudar o setor a se manter.

Agora, vai. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não pretende esperar até depois do carnaval para que esse problema seja resolvido. E muitos líderes, os da oposição em especial, só virão a Brasília na semana que vem porque está marcada reunião na sala de audiências do Senado, terça-feira, 10h. "O governo veio com a derrubada da derrubada do veto. Aprovamos o projeto, ele vetou, derrubamos o veto e agora o governo derruba a nossa derrubada. Não dá para querer se impor à força, tem que ter votos", diz o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), falando abertamente o que muitos contam em conversas reservadas.



CURTIDAS

Reprodução/Instagram/Ricardo Stuckert



Não falte! Em tempo de especulações sobre reforma ministerial, o presidente Lula fez chegar a todos os ministros que a presença é obrigatória. Por isso, a solenidade será no Salão Negro, espaço maior do que o plenário do Senado.

Chamariz! Rodrigo Pacheco marcou reunião de líderes para o dia seguinte, terça-feira, 10h da manhã, para tratar da MP de reoneração da folha de pagamentos. Quer com isso ajudar no quórum para a solenidade de segunda-feira.

Implacável! A ex-presidente do Supremo Tribunal Federal ministra Rosa Weber, hoje aposentada, é citada pelos antigos colegas como aquela que mais insistiu para que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, fosse afastado do cargo depois dos ataques de 8 de janeiro de 2023.

União versus PSD! Detentor de um número maior de prefeitos, o PSD de Gilberto Kassab virou alvo dos demais. Em Campina Grande, por exemplo, o União Brasil fechou 2023 com a filiação do prefeito Bruno Cunha Lima, que deixou o PSD para se juntar ao grupo do senador Efraim Filho.



Exército condena dois militares

Força terrestre diz não ter encontrado crimes, mas transgressões disciplinares na conduta durante a ação no Planalto

» LUANA PATRIOLINO

O Comando do Exército decidiu condenar internamente dois militares por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. Um oficial ficou preso por três dias, e o outro foi punido com advertência. As investigações foram abertas em março do ano passado, por solicitação do comandante da Força, general Tomás Paiva.

A informação foi adiantada pela CNN Brasil e confirmada pelo **Correio**. Por meio de nota, o Centro de Comunicação Social do Exército informou que não houve indícios de crime nos casos investigados pela sindicância, "mas transgressões disciplinares na conduta e procedimentos adotados durante a ação no Palácio do Planalto, que após apuradas ensejaram duas punições disciplinares aos militares envolvidos".

Além desses casos, o Exército também instaurou quatro Inquéritos Policiais Militares (IPM) para apurar outras supostas participação de militares nos atos golpistas. Segundo a instituição, uma dessas sindicâncias já levou à condenação do coronel da reserva Adriano Camargo Testoni, que xingou colegas de corporação durante os atos golpistas em Brasília. Ele foi condenado a 18 dias de prisão.

Ao assumir o comando do Exército, em janeiro de 2023, o general Tomás Paiva afirmou que militares envolvidos nos

atos golpistas do último dia 8 de janeiro poderiam ser punidos pelos órgãos de Justiça da caserna.

"Qualquer militar ou civil, ninguém está acima da lei. Então, isso aí a gente faz com tranquilidade", disse o chefe da Força à imprensa após visita ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB).

Julgamento no STF

No ano passado, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que cabe à Corte julgar e condenar criminalmente militares eventualmente envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. No caso dos dois oficiais do Exército, eles foram punidos internamente pela instituição.

"A responsabilização legal de todos os autores e partícipes dos inúmeros crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito deve ser realizada com absoluto respeito aos princípios do devido processo legal e do juiz natural, sem qualquer distinção entre servidores públicos civis ou militares", escreveu Moraes à época da decisão.

Ao afirmar que a competência para investigação e julgamento dos militares é do Supremo, Alexandre de Moraes estabeleceu que não é um caso para a Justiça Militar. A decisão foi tomada durante a abertura da investigação sobre a participação de militares da Polícia Militar do Distrito Federal e das Forças Armadas nos atos golpistas.

Divulgação/Exército



Quartel-general do Exército, em Brasília, reúne o comando da força terrestre

Museu da Democracia na Esplanada

» RENATO SOUZA

A União cedeu uma área para a construção do Museu da Democracia, que foi prometido após os atentados de 8 de janeiro do ano passado, que ocorreram em Brasília. A obra tem custo previsto de R\$ 40 milhões e será viabilizada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O terreno destinado ao prédio fica na Esplanada dos Ministérios, ao lado do Conjunto Nacional.

De acordo com o Ministério

da Cultura (Minc), desde que ocorreram os atentados, a pasta vem trabalhando para viabilizar o empreendimento. Nos próximos dias, a cessão da área deve ser oficializada. Após isso, o Minc e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) vão lançar um concurso nacional para escolha do projeto arquitetônico.

O novo prédio vai interagir com os traços de Oscar Niemeyer, que inundam a Esplanada dos Ministérios nas construções modernas que abrigam as sedes dos Três Poderes, ministérios e

autarquias federais. O lote destinado ao projeto está localizado no Setor Cultural, na parte norte da Esplanada.

Em nota, o Minc informou que a obra será feita "com a união dos setores democráticos do país" e está desvinculada de setores políticos. "O intuito é que seja uma instituição cívica, plural e construída em sintonia com todos aqueles que apoiam a democracia", destaca o texto.

"Além disso, a institucionalização do Museu da Democracia deverá ser pautada por um

» Protesto da oposição

A oposição ao governo Lula no Congresso divulgou, ontem (5/1), um manifesto contrário ao ato Democracia Inabalada da próxima semana que marca um ano dos ataques do 8 de janeiro aos Três Poderes, que ocorrerá no Salão Negro do Congresso. Encabeçados pelo líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), os 30 signatários afirmam que há um "abuso de poder" por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) e que "a volta à normalidade democrática não pode mais esperar". O comunicado engloba nomes de sete partidos — PL, PP, Republicanos, PSDB, PSD, Podemos e União Brasil.

processo participativo de consultas com especialistas, representantes de coletivos e entidades reconhecidamente engajadas em processos culturais e educativos voltados à valorização da democracia e dos direitos humanos", completou o ministério. Na segunda (8/01), o Ibram vai lançar um repositório do Museu da Democracia. Será um espaço virtual voltado para organizar e sistematizar um catálogo de memória da sociedade civil sobre a democracia contemporânea no Brasil.